



Simulado Final
ALESP
Analista Legislativo (Geral)
Pós-Edital

Simulado

ALESP – Analista Legislativo (Geral) - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso ALESP;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ALESP-Analista-23-04>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | |
| 30 – A B C D E | |
| 31 – A B C D E | |
| 32 – A B C D E | |

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

Questão de ênfase

A ênfase é um modo suspeito de expressão. Se há casos em que ela se torna indispensável, como nas tragédias ou na comicidade extrema, na maioria das vezes é um artifício do superficial que se deseja profundo, do lateral que aspira ao centro, do insignificante que se pretende substancial. É a fala em voz gritada, o gargalhar sistemático, a cadeia de interjeições, a produção de caretas, o insistente franzir do cenho, o repetitivo arquear de sobrancelhas, a pronúncia caprichosa de palavras e frases que se querem sentenciosas e inesquecíveis. Na escrita, a ênfase acusa-se na profusão de exclamações, na sistemática caixa alta, nos grafismos espaçosos. Na expressão oral, a ênfase compromete a verdade de um sentimento já de si enfático: despeja risadas antecipando o final da própria piada, força o tom compungido antes de dar a má notícia e se marca no uso indiscriminado de termos como “com certeza” e “literalmente”, por exemplo: “Esse aluno está literalmente dando o sangue na prova de Física.” Com a ênfase, todos os gestos compõem uma dramaturgia descontrolada. A ênfase também parece desconfiar do alcance de nossa percepção usual, e nos acusa, se reclamamos do enfático. Este sempre acha que ficaremos encantados com a medida do seu exagero, e nos atribui insensibilidade se não o admiramos. Em suma: o enfático é um chato que se vê como um superlativo. Machado de Assis, por exemplo, não suportava gente que dissesse “Morro por doce de abóbora!”. Por sua vez, o poeta Manuel Bandeira enaltecia a “paixão dos suicidas que se matam sem explicação”. Já o enfático vive exclamando o quão decisivo é ele ser muito mais vital do que todos os outros seres humanos.

01. A suspeição da expressão enfática advém:

- a) do uso desproporcional da voz
- b) das técnicas utilizadas na escrita, como as exclamações
- c) da necessidade de uso de expressões faciais de forma desmedida
- d) da acusação que esse artifício faz em relação ao que reclama
- e) do fato de ela poder ser usada como recurso de engano

02. As ideias dos escritores citados no texto

- a) se complementam
- b) se referem a assuntos diferentes
- c) são antagônicas
- d) reforçam a opinião do autor
- e) vão de encontro ao que foi apresentado anteriormente.

03. Assinale a alternativa que apresenta enunciado redigido de acordo com a norma-padrão de concordância.

- a) É sabido que existe entre os animais selvagens aqueles que são mais dóceis.
- b) Argumentam-se que os mais idosos carregam mais experiências.
- c) Nas disputas eleitorais, podem haver muitas ofensas entre os candidatos.
- d) Depois de um estado de caos, hão de existir dias de paz.
- e) Tratam-se de assuntos importantíssimos nessa ONG.

04. O enunciado que se expressa unicamente com palavras em sentido próprio é:

- a) Lutamos todos os dias para que o amanhã exista.
- b) Escrevia cartas enquanto ouvia as canções de seus artistas prediletos.
- c) O poeta é um domador de palavras e sentidos.
- d) A bondade de seu coração comunicou-nos que era um rapaz confiável.
- e) A educação libertou-me da ignorância e do medo.

05. Assinale a alternativa que cumpre as normas de regência:

- a) Todos estavam convictos que a crise logo passaria.
- b) Nas últimas semanas, autoridades avisaram a população que o isolamento social continuaria.
- c) Aqueles responsáveis confiaram da proteção que a escola oferecia.
- d) Famílias foram à Justiça pedir um posicionamento das instituições de ensino.
- e) Entre os alunos, todos discordavam com o posicionamento da direção.

06. De acordo com a gramática, adjetivo é a palavra que modifica um substantivo, com ele concordando em gênero e número. Assinale a alternativa em que as duas palavras em destaque exercem a função de adjetivos.

- a) A proteína **animal** possui muitos benefícios / O grupo **de alunos** se dispersou.
- b) ...um alimento rico em **carboidratos** / Reconhecemos aquela **doce** voz.
- c) Ouvíamos **diversos** sons de bandas **diversas**.
- d) Os candidatos estavam **inteiramente** entregues / ... saíram **de repente**.
- e) O **amigo** sempre tem **bons** conselhos.

07. A frase em que o emprego e a colocação do pronome oblíquo obedecem aos ditames da norma-padrão é:

- a) A proposta de reforma precisa passar por modificações para que parlamentares lhe aprovem.
- b) Houve resistência à criação de um novo imposto. É necessário esclarecer as razões que justifique-o.
- c) A reforma beneficia principalmente as empresas. A nova proposta visa desonerar elas ao pagarem salários.
- d) Foi apresentado um novo imposto nos moldes da antiga CPMF. No entanto, parlamentares não o aprovaram.
- e) Não pode-se prever quando haverá uma reforma tributária consolidada. O ministro ainda precisa fazer inúmeras articulações políticas.

08. Assinale a alternativa em que a preposição destacada seja exigida por um termo anterior.

- a) votos de determinada urna
- b) sistema de votação
- c) número de eleitores
- d) tipo de fraude
- e) apuração dos votos

09. Assinale a alternativa em que a forma verbal está flexionada incorretamente de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Quando eu o vir, direi que desejas conversar.
- b) Os presentes chegaram antes do que eu previra.
- c) Se eu impuser as novas regras, todos ficarão contra mim.
- d) Requeiro os documentos comprobatórios.
- e) Os guardas deteram os ladrões.

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase não deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A cidade fica mais bonita a noite.
- b) A notícia chegou a pequena cidade de imigrantes.
- c) Nos últimos tempos, eventos ligados a mudanças climáticas tornaram-se mais evidentes.
- d) Ao filho ensinou gentileza; a filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam a altura do jantar.

11. Dos vocábulos abaixo, o único que apresenta mais de uma forma plural é

- a) vilão.
- b) sótão
- c) escrivão
- d) canção
- e) visão

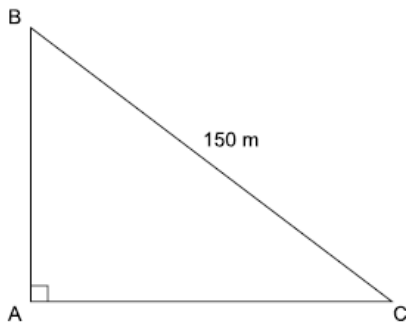
12. A frase em que a vírgula está empregada adequadamente é:

- a) Depois, de todo aquele incômodo, ele revelou a verdade.
- b) O sol, permanecerá durante toda o dia.
- c) É importante que, ao sair do local, todos sejam vigiados.
- d) As atualizações devem ocorrer mesmo que, o orçamento fique apertado.
- e) Aqueles senhores observavam, a movimentação das ruas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

13. Um parque, com a forma do triângulo retângulo ABC, tem uma pista para caminhadas em todo o seu entorno. Para caminhar do ponto B até o ponto C, pode-se optar por ir diretamente de B até C, caminhando 150 m, conforme indicado na figura, ou ir do ponto B até o ponto A, caminhando x m, e do ponto A até o ponto C, caminhando mais 90 m.



O trajeto de B até A, é mais longo do que o trajeto direto de A até C em

- a) 20 m.
- b) 30 m.
- c) 40 m.
- d) 50 m.
- e) 60 m.

14. Há dez anos, Pedro tinha o triplo da idade de Joana. Se continuarem vivos, daqui a dez anos, Pedro terá o dobro da idade de Joana. Quando Joana nasceu, Pedro tinha

- a) 28 anos
- b) 32 anos
- c) 36 anos
- d) 38 anos
- e) 40 anos

15. Sistemáticamente, Brunno Lima e CH vão a um mesmo restaurante: Brunno Lima a cada 15 dias e CH a cada 18 dias. Se em 10 de outubro de 2024 ambos estiveram em tal restaurante, outro provável encontro dos dois nesse restaurante ocorrerá em:

- a) 10 de janeiro de 2025
- b) 9 de janeiro de 2025
- c) 8 de janeiro de 2025
- d) 10 de dezembro de 2024
- e) 9 de dezembro de 2024

16. Em certo prédio comercial, devido a um problema de abastecimento de água, foi decidida, em uma reunião do condomínio, a construção de uma nova cisterna. A nova cisterna deve ter formato cilíndrico, com 3 m de altura, e estimou-se que a nova cisterna deverá comportar 81.000 litros de água (Utilize 3,0 como aproximação para π .)

Qual deve ser, em metros, o raio da cisterna para atingir o volume desejado?

- a) 0,5
- b) 1,0
- c) 2,0
- d) 3,5
- e) 3,0

17. Maria, uma moça que possui 24 anos, perguntou a idade de Carla. Esta lhe respondeu: “Se do quadrado da minha idade, você subtrair o dobro dessa mesma idade, o resultado encontrado será igual ao quíntuplo da sua idade”.

A soma das idades de Maria e de Carla vale:

- a) 30 anos
- b) 36 anos
- c) 40 anos
- d) 45 anos
- e) 50 anos

18. Cinco amigos, Júlio, Karla, Lorena, Mauro e Olavo, combinaram de se encontrar no cinema. Sabe-se que Júlio chegou ao cinema antes de Mauro e Lorena, Mauro chegou ao cinema antes de Olavo, Karla chegou ao cinema antes de Júlio, e Olavo não foi o último a chegar ao cinema. Dessa forma, entre os cinco amigos citados, o quarto a chegar no cinema foi

- a) Júlio
- b) Karla
- c) Lorena
- d) Mauro
- e) Olavo

19. Dos 36 servidores públicos de um setor da ALESP, sabe-se que: apenas 7 são advogados, 22 são do sexo masculino e 11 são mulheres que não são advogadas.

O número de homens que não são advogados é igual a

- a) 15
- b) 16
- c) 17
- d) 18
- e) 19

20. Paula pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava adiantado 5 minutos. Fernanda pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava atrasado 5 minutos. Logo depois, as duas se encontraram e o relógio de Paula marcava 10 horas. Neste momento, que horas marcava no relógio de Fernanda?

- a) 9:30
- b) 9:45
- c) 9:50
- d) 10:10
- e) 10:00

21. Na mesa de um bar estão cinco amigos: Arnaldo, Belarmino, Cleocimar, Dionésio e Ercílio. Na hora de pagar a conta, eles decidem dividi-la em partes iguais. Cada um deles deve pagar uma quota. O garçom confere o valor entregue por eles e nota que um deles não entregou sua parte, consegue detê-los antes que deixem o bar e os interroga, ouvindo as seguintes alegações:

- I. Não fui eu nem o Cleocimar, disse Arnaldo;
- II. Foi o Cleocimar ou o Belarmino, disse Dionésio;
- III. Foi o Ercílio, disse Cleocimar;
- IV. O Dionésio está mentindo, disse Ercílio;
- V. Foi o Ercílio ou o Arnaldo, disse Belarmino.

Considerando-se que apenas um dos cinco amigos mentiu, pode-se concluir que quem não pagou a conta foi?

- a) Arnaldo.
- b) Belarmino.
- c) Cleocimar.
- d) Dionésio.
- e) Ercílio.

22. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

23. Quatro amigas estão em um mesmo lado de um rio que precisam atravessar. Elas dispõem de apenas um bote, que suporta somente duas pessoas por vez; logo, cada vez que uma dupla atravessa o rio, uma das amigas que já atravessou deve trazer o barco de volta para o outro lado. Essas amigas, quando sozinhas, conseguem atravessar o rio respectivamente em 2, 3, 5 e 7 minutos. Quando estão em dupla, o tempo para atravessar o rio é a da amiga mais lenta. O menor tempo, em minutos, para que todas as amigas cruzem esse rio é igual a

- a) 14.
- b) 15.
- c) 17.
- d) 18.
- e) 19.

ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Emerson Bruno

24. Conforme previsto no Regimento Interno da ALESP, no primeiro ano de cada legislatura, os que tenham sido eleitos Deputadas e Deputados reunir-se-ão, em sessão preparatória, na sede da Assembleia, às

- a) 14 horas do dia 02 de fevereiro, independentemente de convocação, para posse de seus membros e eleição da Mesa.
- b) 15 horas do dia 15 de março, independentemente de convocação, para posse de seus membros e eleição da Mesa.
- c) 15 horas do dia 01 de fevereiro, independentemente de convocação, para posse de seus membros e eleição da Mesa.
- d) 14 horas do dia 15 de fevereiro, independentemente de convocação, para posse de seus membros e eleição da Mesa.
- e) 13 horas do dia 02 de fevereiro, dependendo de convocação, para posse de seus membros e eleição da Mesa.

25. De acordo com o Regimento Interno da ALESP, a Assembleia Legislativa tem sua sede na Capital do Estado e recinto normal dos seus trabalhos no Palácio 9 de Julho. Em casos de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou de qualquer outra ocorrência que impossibilite o seu funcionamento no Palácio 9 de Julho, a Assembleia poderá reunir-se em qualquer outro local, por:

- a) deliberação da Mesa, ad referendum da maioria absoluta dos Parlamentares.
- b) deliberação da maioria absoluta dos Parlamentares.
- c) deliberação da Mesa e da Comissões, ad referendum da maioria absoluta dos Parlamentares.
- d) deliberação da maioria relativa dos Parlamentares.
- e) deliberação da Mesa, ad referendum da maioria simples dos Parlamentares.

26. De acordo com o Regimento Interno da ALESP, a Mesa Diretora compõe-se do:

- a) Presidente, 1º, 2º, 3º e 4º Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º e 4º Secretários.
- b) Presidente, 1º, 2º Vice-Presidentes e 1º e 2º Secretários.
- c) Apenas o Presidente e os 1º e 2º Secretários.
- d) Presidente, 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º e 4º Secretários.
- e) Presidente, 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes e 1º, 2º e 3º Secretários.

27. De acordo com o Regimento Interno da ALESP, “proceder à chamada dos Deputados nos casos previstos no Regimento” é uma atribuição:

- a) do 2º Secretário.
- b) do 1º Secretário.
- c) do 3º Secretário.
- d) do Presidente.
- e) do 1º Vice-Presidente.

28. São Comissões da ALESP, EXCETO:

- a) Comissão de Educação e Cultura.
- b) Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais.
- c) Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres.
- d) Comissão de Assuntos Metropolitanos, Nacionais e Municipais.
- e) Comissão de Relações Internacionais.

29. Conforme previsão do Regimento Interno da ALESP, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação é composta:

- a) por 11 Deputados.
- b) por 15 Deputados.
- c) por 13 Deputados.
- d) por 12 Deputados.
- e) por 09 Deputados.

30. Tendo em vista o Regimento Interno da ALESP, marque a afirmativa INCORRETA:

- a) Líder é o porta-voz de uma Representação Partidária ou de um Bloco Parlamentar e o intermediário autorizado entre eles e os órgãos da Assembleia.
- b) O Governador do Estado poderá indicar Deputada ou Deputado para exercer a função de Líder do Governo e outros 2 Vice-Líderes.
- c) Compete ao Líder da Bancada, além de outras atribuições que lhe confere o Regimento, registrar o nome de candidato do Partido para concorrer aos cargos da Mesa, bem como indicar os componentes das Comissões e, quando for o caso, proceder a sua substituição.
- d) O número de Vice-Líderes por Bancada não poderá exceder a dois terços dos seus integrantes.
- e) O Colégio de Líderes, presidido pelo Presidente da Assembleia e composto pelos Líderes dos Partidos, do Governo, da Minoria e dos Blocos Parlamentares.

31. Conforme o Regimento Interno da ALESP, a Assembleia funcionará, via de regra, em sessão ordinária. Esta sessão NÃO será composta pela seguinte fase.

- a) Pequeno Expediente;
- b) Expediente;
- c) Grande Expediente;
- d) Ordem do Dia;
- e) Explicação Pessoal.

32. Conforme o expressamente previsto no Regimento Interno da ALESP, o início das sessões ordinárias será a partir das:

- a) 14 horas e 30 minutos;
- b) 14 horas;
- c) 13 horas;
- d) 15 horas e 30 minutos;
- e) 13 horas e 30 minutos.

33. Nas sessões ordinárias da ALESP, o início da Ordem do Dia ocorrerá.

- a) Às 15 horas e 30 minutos.
- b) Às 16 horas e 30 minutos.
- c) Às 14 horas e 30 minutos.
- d) Às 14 horas.
- e) Às 16 horas.

34. Conforme o Regimento Interno da ALMG, são proposições sujeita à deliberação do Plenário, EXCETO:

- a) propostas de emenda à Constituição.
- b) moções.
- c) substitutivos, emendas e subemendas.
- d) requerimentos.
- e) medidas provisórias.

35. De acordo com o Regimento Interno, as proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

- a) de prioridade ou de tramitação ordinária.
- b) de urgência e de tramitação extraordinária.
- c) de urgência; de tramitação ordinária; de tramitação extraordinária.
- d) de urgência; de prioridade; de tramitação ordinária.
- e) de prioridade; de urgência e de tramitação extraordinária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. É inexigível a licitação, segundo previsto na Lei 14.133/2021:

- a) para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
- b) nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- c) para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
- d) para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.
- e) para prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

37. Considerando que determinada servidora pública do Estado de São Paulo foi condenada pela prática de ato de improbidade consistente em usar em proveito próprio bens integrantes do acervo patrimonial do Estado, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

38. Marque, à luz do texto constitucional, a alternativa que menciona competência do Congresso Nacional:

- a) processar e julgar o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- b) exercer o controle externo com auxílio de um tribunal de contas, o qual constitui órgão independente e autônomo.
- c) fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, à exceção daqueles relativos à administração indireta.
- d) anular atos vinculados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- e) julgar as contas prestadas por todos os gestores públicos federais.

39. Nos termos dispostos na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.
- b) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.
- c) é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- d) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- e) a negativa de acesso a informação requerida deve ser motivada pelo agente público competente.

40. Assinale a alternativa que NÃO menciona característica das autarquias estaduais:

- a) desnecessidade de registro dos atos constitutivos perante o cartório de pessoas jurídicas.
- b) criação por lei ordinária específica.
- c) sujeição ao regime jurídico único de pessoal, como regra.
- d) desempenho de atividades típicas de Estado.
- e) sujeição ao controle finalístico realizado pela administração direta federal.

41. Marciano, servidor público estadual do Poder Legislativo, causou intencionalmente dano material a determinado cidadão. Nesta hipótese, é correto afirmar que:

- a) o cidadão poderá cobrar o dano diretamente da Assembleia Legislativa a que pertence Marciano.
- b) o Estado responderá pelos danos causados ainda que tenha sido fora do exercício das atribuições de Marciano.
- c) o cidadão deverá acionar judicialmente Marciano para cobrar a indenização pelos danos sofridos.
- d) o Estado somente responderia se não houvesse dolo por parte do agente público.
- e) o cidadão deverá cobrar a indenização pelos danos sofridos do Estado, que, posteriormente, irá promover a ação de regresso em face de Marciano.

42. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos.
- b) A imperatividade dos atos administrativos permite ao poder público executar suas decisões com seus próprios meios, independentemente de prévia decisão judicial.
- c) A finalidade de todo ato administrativo deve ser o interesse público, sob pena de se ter um ato praticado mediante excesso de poder.
- d) Ato complexo é aquele que decorre da manifestação de um único órgão, embora dependa da confirmação de outro órgão para se aperfeiçoar.
- e) São irrevogáveis os atos administrativos vinculados e os atos consumados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

43. Quanto ao orçamento público e suas disposições constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual é peça que contém a previsão de receitas e a fixação das despesas públicas para um exercício financeiro, além de dispor acerca de alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- c) O plano plurianual deve espelhar o planejamento das atividades governamentais, estabelecendo, de forma nacional, as diretrizes, objetivos e metas da Administração.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que a União detém, apenas diretamente, a maioria do capital social e o orçamento da seguridade social.
- e) O princípio da exclusividade impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o plano plurianual contenham dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuando-se a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

44. Em relação a organização do estado e a repartição de competências constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Mediante lei ordinária federal, poderão ser fixadas normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- b) O exercício da atividade legislativa relativa a direito econômico é realizado privativamente pela União em razão da repercussão federativa gerada pelo tema.
- c) Os estados e o Distrito Federal podem editar normas gerais de licitação que atendam às suas necessidades para contratação de obras de engenharia, desde que a iniciativa de lei seja reservada ao Chefe do Executivo.
- d) se o assunto for de predominante interesse nacional, a competência é da União, que legisla sobre os assuntos de interesse local, como recolhimento de certos impostos, serviços públicos, destinação de áreas públicas, denominação de logradouros, além de suplementar a legislação municipal e estadual naquilo que for possível.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

45. Assinale a alternativa correta com fundamento apenas no texto constitucional.

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não possuem aplicação imediata.
- b) São gratuitos apenas para os reconhecidamente pobres o habeas corpus e o habeas data.
- c) Constitui crime inafiançável e imprescritível o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Conceder-se-á habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- e) Os tratados internacionais acerca de direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais quando aprovados pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos.

46. A respeito do Poder Legislativo e do Poder Executivo assinale a opção correta:

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, tal prerrogativa é extensível aos codenunciados que não estejam investidos em tais funções.
- b) É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- c) Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa e a Intervenção Federal, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
- d) É competência legislativa do Congresso Nacional a fixação de subsídios dos Ministros do STF, do Presidente da República e de Ministros de Estado.
- e) Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República e o Vice-presidente nos crimes de responsabilidade, cabendo ao senado também julgar os Ministros de Estado e os comandantes das forças armadas nos crimes da mesma natureza, desde que conexos com o do Presidente da República.

47. A respeito das imunidades, incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- b) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- c) O pedido de sustação da ação penal em trâmite contra deputado ou senador deverá ser feito por partido político, com representação na Casa, no prazo improrrogável de 45 dias, contados da ciência da ação penal.

d) De acordo com o STF, após sentença condenatória transitada em julgado, deputados e senadores poderão ser presos. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, por toda e qualquer infração penal.

48. Acerca da fiscalização dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta:

a) Compete aos Tribunais de Contas representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros de Estado.

c) É uma das suas competências apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

d) Tem competência para sustar imediata e diretamente contrato na ocorrência de ilegalidade.

e) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.

49. Ricardo, filho de pai brasileiro e mãe italiana, nasceu no Chile e foi registrado em repartição brasileira competente. Ao tornar-se maior de idade, passou a cometer crimes variados, dentre eles, tráfico ilícito de entorpecentes. Após ser descoberto pela polícia, ele empreendeu fuga para o Brasil.

a) Caso o governo chileno solicite ao Brasil a extradição de Ricardo, ela não poderá ser negada, visto que o crime de Tráfico ilícito de entorpecentes é hipótese constitucional para a extradição de brasileiros naturalizados.

b) De acordo com o texto constitucional, Ricardo é brasileiro nato, pelo critério jus solis, pois a repartição

brasileira em que foi registrado é considerada extensão do território nacional.

c) Caso Ricardo opte por nacionalidade diversa, mesmo que originária, terá sua nacionalidade brasileira cancelada.

d) Ricardo é brasileiro naturalizado.

e) Ricardo, por ser brasileiro nato, não poderá ser extraditado para o Chile, caso este a solicite.

NOÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

50. Na construção do mapa de indicadores de gestão de um programa público, o dirigente solicitou à equipe que fossem incluídos indicadores capazes de mensurar as consequências e os impactos da ação para o público-alvo e a sociedade. Nesse sentido, o dirigente estava referindo-se aos indicadores de:

a) eficiência;

b) execução;

c) excelência;

d) efetividade;

e) economicidade.

51. Na gestão de desempenho organizacional, o Balanced Scorecard procura ligar o mapeamento estratégico da organização com um conjunto de medidores de desempenho, de forma a destacar as nuances e as interligações entre as diversas áreas dessa organização. Na implantação desse sistema, é necessário construir alguns elementos conceituais, para que se promova o acompanhamento da gestão estratégica, à exceção de um. Assinale-o.

a) Objetivos estratégicos

b) Mapa estratégico

c) Temas estratégicos

d) Iniciativas estratégicas

e) Visão estratégica

52. A Constituição da República de 1988 (CF/1988) promoveu ampliação no rol de direitos e garantias individuais e sociais. Do ponto de vista administrativo, contudo, a doutrina especializada aponta a ocorrência de retrocessos, tornando a administração pública mais burocrática. Das alternativas abaixo, qual apresenta o exemplo de retrocesso burocrático trazido pela CF/1988.

- a) a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para comandar as reformas administrativas e implementar as políticas de governo.
- b) a extensão às entidades da administração indireta de procedimentos e mecanismos de controle aplicáveis à administração direta;
- c) o apoio ao clientelismo e ao fisiologismo como política de Estado;
- d) o incentivo à descentralização político-administrativa;
- e) a institucionalização de mecanismos de democracia direta, favorecendo o controle social e a *accountability*;

53. O governo empreendedor, adotado na administração pública gerencial, caracteriza-se como um governo que pertence à comunidade. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

- a) Aproximando-se do modelo tradicional burocrático, o governo empreendedor pretende controlar a economia, possuir empresas ou concentrar-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- b) A ação catalizadora do governo empreendedor promove a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a hierarquia de decisão e a responsabilização.
- d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.
- e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

54. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei complementar, podendo variar de caso a caso e receber características próprias.
- II - Os conselhos gestores são órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, não sendo exigida lei para sua criação, por serem regidos por regulamento próprio.
- III - As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

55. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novos conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de *accountability* horizontal.
- b) Uma alta demanda social por *accountability* afeta, negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da *accountability* vertical.
- e) Uma boa governabilidade garante uma boa governança.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Vinicius Nascimento

56. Com relação aos princípios que regem a atividade financeira e orçamentária do Estado, assinale a opção correta.

- a) Conforme o princípio da universalidade, obriga-se o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- b) O princípio da exclusividade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- c) O princípio da unidade delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- d) De acordo com o princípio do orçamento bruto, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) O princípio da não afetação da receita veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

57. No que diz respeito ao PPA, à LDO e à LOA, julgue os itens a seguir.

- I Os planos e programas setoriais, por exemplo, previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
- II Integrará a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais.
- III Os recursos que, em decorrência de veto do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

58. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que sejam incluídos na receita corrente líquida do estado os valores, exceto:

- a) Receitas tributárias
- b) Receitas de transferências correntes
- c) Receitas entregues aos Municípios por determinação constitucional
- d) Receitas agropecuárias e industriais
- e) Receitas de contribuições

59. Em matéria de orçamento público, observe características das principais leis que formam seu tripé.

- I. Estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública**
- II. Seu projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções.**
- III. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.**

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- a) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
- d) Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.

60. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- e) conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ALESP-Analista-23-04>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>